



Caiado amplia protagonismo de Daniel Vilela no governo e consolida sucessão

Governador reforça confiança no vice, descarta retrocesso e destaca continuidade administrativa como prioridade para 2026. **Página 8**

GOIÂNIA

Capital arrecada 85% das receitas previstas para 2025



Os dados indicam que Goiânia deve cumprir a meta orçamentária até o fim do ano, avalia Jeovalter Correia. **Página 9**



ANO 38 - Nº 1.819 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 16 A 22 DE NOVEMBRO DE 2025
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

PESQUISA

Segurança pública avança
Caiado à Presidência



Cresce o número de brasileiros que conhecem o governador de Goiás e a intenção de votos chega a 11%. **Página 10**

ENTREVISTA

PAULO VARGAS

Diretor regional do Senai e superintendente do Sesi em Goiás

Indústria goiana cresce, mas falta quem trabalhe



Paulo Vargas alerta que o Estado precisará formar quase meio milhão de profissionais até 2027 para acompanhar o ritmo do crescimento industrial e defende que a qualificação técnica é a chave para transformar o desenvolvimento econômico em oportunidades reais de emprego. **Páginas 4, 5**

HERIVELTO NUNES

Hailé Pinheiro e Adson Batista não fizeram substitutos

Por isso, Goiás e Atlético têm um futuro sombrio na gestão dos clubes. **Páginas 12**



TRIBUNA JURÍDICA

TJ-GO mantém proibição de Airbnb

Caso em que normas do edifício vedam o uso comercial dos imóveis foi julgado. **Páginas 6**

ESCOLA

TCM aponta falta de 46 mil vagas em creches goianas



Dados de 109 municípios revelam que serão necessários R\$ 2,1 bilhões para construir 396 creches e ampliar 23 unidades existentes. **Página 11**

ALEGO

Deputados ameaçados terão proteção da PM



Projeto da Mesa Diretora surge devido a proximidade das eleições de 2026, quando aumenta o número de intimidações a parlamentares. **Página 7**

TRIBUNA POLÍTICA

Segundo maior PIB de Goiás

Aparecida pode superar Anápolis já na próxima edição do Sistema de Contas Regionais /IBGE. **Página 3**

EDITORIAL

A estratégia de Caiado

A trajetória recente de Ronaldo Caiado confirma o sucesso de uma estratégia metódica: ocupar o centro do debate nacional sobre segurança pública e, a partir desse eixo, ampliar sua competitividade presidencial. A nova rodada da pesquisa Genial/Quaest mostra que o governador vence, passo a passo, o principal obstáculo de quem aspira voos maiores, o desconhecimento. Em seis meses, caiu de 62% para 51%. A redução não é casual. É fruto de presença constante em pautas federais e entrevistas com alcance nacional, de articulação entre estados e, sobretudo, da capacidade de apresentar resultados consistentes em Goiás.

O avanço nas pesquisas ocorre paralelamente à consolidação de sua imagem como liderança no enfrentamento ao crime. Ao articular o Consórcio da Paz e apoiar operações complexas como a realizada no Rio de Janeiro, que resultou na morte de 122 pessoas pela polícia, Caiado reforça a narrativa de que a segurança exige coordenação nacional e coragem política. Para 11% dos entrevistados, ele foi protagonista nesse episódio, percentual que o coloca tecnicamente empatado em conhecimento pelo eleitor com Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo e provável escolha de Jair Bolsonaro para liderar a direita em 2026.

Mesmo assim, a crescente visibilidade de Caiado revela um fato decisivo: há espaço no eleitorado para quem se apresenta como gestor firme, com resultados verificáveis. A experiência goiana, marcada pela queda consistente nos índices de criminalidade e por iniciativas inovadoras na área ambiental, amplia o repertório político do governador. O cancelamento de sua ida à COP30 para priorizar negociações sobre combate às facções sintetiza essa lógica de projetar-se nacionalmente, a partir do tema que lhe rende capital político no Brasil.

O cenário ainda é dinâmico, mas algo se torna evidente: ao dominar a pauta da segurança, Caiado já garantiu um lugar na mesa em que se discutirá o futuro do país. E, num ambiente político fragmentado, isso vale tanto quanto votos.

ARTIGO

Afinal, o Congresso Nacional poderia ter sustado os efeitos do decreto presidencial que aumentou o IOF?

A imprensa divulgou amplamente uma medida polêmica adotada pelo Congresso Nacional: a suspensão do decreto presidencial que aumentou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras — IOF.

Mas, afinal, do ponto de vista da Constituição Federal, o Congresso poderia ter promovido essa suspensão? A resposta é não!

É certo que a Constituição Federal, em seu art. 153, § 1º, permite que o Presidente da

República aumente por decreto as alíquotas de diversos impostos, entre eles o IOF. Essa possibilidade se justifica porque esses impostos são fundamentais para regulação direta da economia, exigindo muitas vezes modificações que não podem esperar a tramitação normal de um projeto de lei no Poder Legislativo.

Então, por mais indesejável que possa ser um novo aumento de tributos em nosso país, o Presidente da República de fato detém competência constitu-

cional para tomar essa decisão.

Ocorre que outro dispositivo constitucional, o art. 49, V, autoriza que o Congresso Nacional, suste “os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”. Na prática, essa segunda norma citada permite que o Poder Legislativo suspenda decretos presidenciais emitidos fora dos limites da Constituição Federal.

Como no caso do decreto

segurança alimentar e a sustentabilidade da produção agrícola.

Outro destaque é o plano voltado à Remoção de Carbono na Agricultura, que impulsiona o uso de tecnologias agrícolas para capturar e estocar carbono no solo, como sistemas integrados, o plantio direto e o biochar. Essas práticas estão em sintonia com a atuação das empresas representadas pela Abisolo, que desenvolvem produtos voltados à melhoria da eficiência nutricional, à vitalidade dos solos e à resiliência das lavouras frente aos estresses climáticos.

Esse protagonismo se reflete também nos números do setor. Em 2024, o mercado de fertilizantes especiais registrou crescimento de 18,9%, alcançando R\$ 26,9 bilhões em faturamento, segundo o Anuário Abisolo 2025. Os fertilizantes minerais especiais tiveram alta expressiva de 30,7%, enquanto os biofertilizantes cresceram 1,4%. Já os condicionadores de solo de base orgânica movimentaram R\$ 129 milhões, e o mercado de substratos para plantas somou R\$ 421 milhões, com crescimento de 8% sobre o ano anterior. Esses resultados demonstram a capacidade do setor em responder com inovação às demandas por produtividade e sustentabilidade nas lavouras brasileiras.

Durante o Conexão Abisolo 2025, realizado em Campinas (SP), pesquisadores e representantes da indústria reforçaram esse alinhamento entre ciência e sustentabilidade. Palestras sobre biofertilizantes à base de aminoácidos e microalgas destacaram como

essas soluções favorecem a adaptação das plantas a estresses térmicos e hídricos. Já os avanços em substâncias húmicas e extratos de macroalgas mostraram seu papel crescente na produtividade e na mitigação de impactos ambientais, evidenciando que inovação e sustentabilidade caminham juntas no campo brasileiro.

Esses temas estão alinhados com a agenda climática global, pois envolvem práticas regenerativas, menor dependência de insumos sintéticos e o fortalecimento da economia circular. A agricultura, ao adotar tecnologias que reduzem emissões e aumentam a eficiência produtiva, transforma-se em vetor de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A Abisolo, ao representar mais de 140 empresas comprometidas com o avanço tecnológico e a sustentabilidade, reafirma seu papel como articuladora entre indústria, ciência e políticas públicas. Nosso setor é parte essencial da solução para um futuro de baixo carbono e de maior segurança alimentar — um compromisso que o Brasil levará à COP30 como exemplo de integração entre produtividade e responsabilidade ambiental.



Roberto Levrero —
Presidente do Conselho
Deliberativo da Abisolo



Alexandre Mazza, professor
e advogado tributarista em
São Paulo



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO
em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia
abahiagn@gmail.com



Certezas e incertezas

Divulgação



Parabéns, Aparecida!

Aparecida de Goiânia completou, na sexta-feira, 14 de novembro, 62 anos de emancipação política e administrativa. Com o PIB avaliado em R\$ 16,9 bilhões, conforme dados do IBGE de 2021, é a terceira economia de Goiás, mas com expectativas de superar Anápolis já na próxima edição do Sistema de Contas Regionais, que analisa o PIB dos municípios brasileiros a ser divulgado pelo IBGE na próxima semana, dia 19 de novembro.

Essa expectativa se sustenta principalmente na vinda da transportadora multinacional DHL para a cidade, em 2023. O município deve ter outro impulso com a entrega do Aeroporto Executivo, voltado para o transporte aéreo de cargas, que deve começar a operar em 2027.

Rancor anapolino

Se os dados do IBGE a serem divulgados na próxima semana confirmarem a perda de posição de Anápolis para Aparecida, isso pode reverberar no governador Ronaldo Caiado, que é anapolino. A cidade sempre se sentiu desprestigiada nos governos do MDB, situação que mudou com Marconi Perillo (PSDB), a partir de 1998, com investimentos no Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia), no Porto Seco, no Aeroporto de Cargas e na Ferrovia Norte-Sul. Se o município perder posição no governo Caiado, corre-se o risco de o rancor anapolino ser direcionado ao governador.

Abaixo do esperado

O PIB 2023 de Goiás, divulgado na sexta-feira, ficou abaixo do esperado. De acordo com o Sistema de Contas Regionais, o PIB de Goiás atingiu R\$ 336,7 bilhões em 2023, registrando uma leve queda na participação do estado frente ao PIB do Brasil, passando de 3,2% (2022) para 3,1% (2023). Goiás se mantém como a nona maior do país e a segunda do Centro-Oeste, atrás do Distrito Federal (3,3%). Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Goiás foram os quatro estados que tiveram queda na participação nacional do PIB.

Segurança e 2026

Em reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), na qual governadores de oposição pediram um prazo maior para votar o projeto de combate ao crime organizado, o governador Ronaldo Caiado afirmou que não se trata de um tema de campanha eleitoral, mas de uma preocupação real da sociedade brasileira. Em entrevista à Veja, o governador do Rio, Claudio Castro, por sua vez, afirmou que o tema será decisivo nas eleições de 2026.

Para a eleição de 2026 temos uma certeza: Daniel Vilela (MDB) será candidato a governador. Sobram incertezas. A maior é se Ronaldo Caiado será o candidato a presidente da direita. É mais certo que incerto que ele será candidato, não se sabe se por qual legenda e com quais apoios. Se eventualmente Caiado desistir da candidatura a presidente, uma grande certeza cai, a candidatura

de Gracinha Caiado ao Senado. A segunda vaga é outra grande incerteza. Mas as candidaturas de Zacharias Calil (UB) e Vanderlan Cardoso (PSD) ao Senado estão muito próximas de se consolidarem uma certeza. A candidatura de José Mário Schreiner (MDB) a vice-governador também está bem próxima de se tornar certeza, a legenda ainda vai depender de composições partidárias.

Divulgação



Na oposição só existem incertezas e a maior delas é: Marconi Perillo (PSDB) está disposto a correr o risco de uma nova derrota nas urnas?

Esvaziando os fundos

Entre os fundos afetados estão: Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), Fundo Especial de Mobilidade e Transporte (FEMTA), Fundo Municipal de Segurança Pública (FMSP), Fundo Municipal de Cultura (FMC), Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FHIS), Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (FUMDAS), Fundo Municipal de Iluminação Pública (FMIP) e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).



autoriza a criação do Missão, o mais novo partido político brasileiro, ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL).



do União Brasil devem migrar para a nova sigla para disputar as eleições de 2026. Agora, serão 30 legendas na disputa.



partido terá como uma das principais bandeiras a linha dura na segurança, inspirado em Nayib Bukele, presidente de El Salvador.

À disposição

Falando ainda de Aparecida de Goiânia, a Câmara Municipal da cidade tem trabalhado muito, para conceder título de Cidadão Aparecidense, comendas e reconhecimentos, ao longo de 2025, foram mais de 50 projetos de decretos legislativos, todos de títulos e honrarias. Os projetos de lei somaram cerca de 40 em 2025, a maioria já sancionada, indicando uma tramitação acelerada. Dos projetos aprovados pelos vereadores, a grande maioria é de autoria do Executivo.

Por que não?

Os vereadores de Aparecida também aprovaram 12 moções de aplausos - a maioria - de apoio, de congratulação e de repúdio contra uma decisão do ministro Alexandre de Moraes.

Onde fica Aparecida?

Chama a atenção a produção legislativa do vereador Dieyme Vasconcelos (PL); oito títulos de Cidadão Aparecidense para Jair Bolsonaro, Michelle Bolsonaro, Frederico Rodrigues, Victor Hugo, Gustavo Gayer, Hyago Tocach e Nikolas Ferreira, pessoas que não têm nenhuma ligação com o município. É um dos parlamentares com maior número de Projetos de Decreto Legislativo para concessão de títulos de Cidadão Aparecidense.

Eleitores

Quatro projetos de autoria do vereador que tratam de pautas defendidas pelos homenageados chamam a atenção; garante aos pais o direito de vetar participação de filhos em atividades pedagógicas sobre gênero; proíbe distribuição de livros com conteúdo erótico nas escolas municipais; define regras para utilização de banheiros públicos e privados no município e institui o Dia Municipal de Conscientização contra o assassinato de bebês no ventre materno.

Enchendo o cofre

Entre os projetos do Executivo aparecidense aprovados na última semana, um merece destaque; o Projeto de Lei Nº 200/2025, que permite que parte das receitas vinculadas de oito fundos municipais possa ser direcionada ao Tesouro Municipal e aplicada em áreas prioritárias. O projeto estabelece a desvinculação de 50% das receitas até 31 de dezembro de 2026 e de 30% entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2032.

PAULO VARGAS

Indústria goiana cresce, mas falta quem trabalhe

Divulgação

Andréia Bahia

TRIBUNA DO PLANALTO

Goiás enfrenta, no processo de atração de empresas, a falta de energia de qualidade e a falta de mão de obra qualificada. Por que o Estado chegou a esse ponto?

PAULO VARGAS

A falta de energia ou o predomínio de um sistema de distribuição muito instável em boa parte do Estado, o tempo prolongado solicitado pela distribuidora para disponibilizar o serviço, especialmente para empreendimentos de médio e grande porte, têm origem em processos estruturais e de gestões anteriores. As constantes mudanças de gestão na concessão do serviço, os modelos do negócio, que se desdobram em planos de manutenção, investimentos, inserção tecnológica e estudos de demanda para acompanhar o crescimento das atividades produtivas do Estado, foram muito frágeis em anos passados, o que agora exige esforço redobrado para modernização da rede de distribuição e disponibilização da capacidade de fornecimento à altura das demandas.

A indústria goiana tem apresentado crescimento acima da média nacional, registrando alta acumulada de 4,1% em 2024, superior à média nacional de 3%. A oferta de mão de obra evoluiu na mesma proporção?

A qualificação de trabalhadores para acompanhar as demandas da indústria existe e é ofertada por entidades educacionais. No entanto, estamos passando por uma transição geracional, em que os jovens que estão ingressando no mercado de trabalho têm perfil, sonhos e propósitos de vida muito diferentes daqueles exigidos pelos postos de trabalho atualmente vazios. Exemplo disso é a construção civil, em que pesquisa recente realizada pelo Sinduscon Goiás sinaliza que os jovens e os atuais filhos dos trabalhadores do setor não tem interesse em seguir nessa profissão. Outros aspectos são os impactos da tecnologia nos modelos de negócio, em que há demanda crescente, num processo de transição do sistema produtivo que ainda se adapta às aceleradas transformações. Isso gera um limbo entre o perfil da demanda e a oferta. Há ainda o fato, em que pese a indústria remunerar melhor do que os demais setores, de que a oferta



Paulo Vargas

Diretor regional do Senai e superintendente do Sesi em Goiás

Em entrevista à Tribuna do Planalto, o diretor regional do Senai e superintendente do Sesi em Goiás, Paulo Vargas, fala sobre os gargalos que limitam o avanço da indústria goiana, como a falta de energia estável e de mão de obra qualificada. Ele alerta que o Estado precisará formar quase meio milhão de profissio-

nais até 2027 para acompanhar o ritmo do crescimento industrial. Vargas defende que a qualificação técnica é a chave para transformar o desenvolvimento econômico em oportunidades reais de emprego e renda, e destaca o papel do Senai na interiorização do ensino e na modernização dos cursos voltados à Indústria 4.0.

salarial, especialmente de entrada no mercado de trabalho em Goiás, não é atrativa, sobretudo para posições de linha de produção. Isso gera a dificuldade em encontrar profissionais na quantidade demandada.

A Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás (Adial Goiás) estima que mais de 5 mil postos de trabalho estejam disponíveis entre suas 145 empresas associadas. Qual a estimativa do Sesi-Senai?

Não temos um estudo específico de um setor ou de uma associação. No Sistema Indústria, nos guiamos em nossas análises de empregabilidade em dados oficiais, a exemplo do IBGE, cuja pesquisa PNAD aponta que, em setembro, o desemprego no Brasil é inferior a 6%. Em Goiás, no mês de agosto, a taxa ficou em torno de 4,4%. Paradoxalmente, ao mesmo

“A dependência do Bolsa Família pode reduzir o incentivo à busca por qualificação e inserção no mercado.”

tempo em que temos gente desempregada, há vagas em aberto. Em agosto, foram criadas 3 mil novas vagas de emprego formal em Goiás.

Quais os setores industriais têm mais dificuldade em encontrar mão de obra em Goiás? Goiânia, por exemplo, vive um boom na construção civil. E qual o impacto desse déficit na produção?

O déficit de mão de obra qualificada é atualmente um dos principais desafios da indústria goiana. Setores como construção,

metalmecânico, alimentos e bebidas, mineração, automotivo, eletroeletrônico e de energia renovável enfrentam maior dificuldade para preencher vagas técnicas e operacionais. Em Goiânia e na Região Metropolitana, o aquecimento da construção amplia a demanda por profissionais como pedreiros, eletricistas, encanadores, soldadores e técnicos em edificações, mas a oferta de trabalhadores qualificados não acompanha o ritmo das obras. Esse desequilíbrio impacta diretamente a competitividade das empresas. Muitas vezes, indústrias precisam

importar mão de obra de outras regiões ou investir em treinamentos internos, o que encarece o processo produtivo e reduz a agilidade da expansão industrial. Por isso, é fundamental o papel do Senai, que vem e cursos profissionalizantes por parte das prefeituras, do Estado e da iniciativa privada.

Há procura por esses cursos? Quais as regiões de Goiás enfrentam maior escassez de mão de obra? Qual o impacto do Bolsa Família nesse quadro?

Sim, há uma procura crescente por cursos profissionalizantes em Goiás, especialmente em áreas ligadas à indústria, à construção, à agroindústria e aos serviços. A população tem reconhecido que a formação técnica e profissional é um caminho rápido e eficaz para inserção no mercado de trabalho. No entanto, a demanda ainda é desigual entre as regiões. As microrregiões do interior, especialmente no Norte, Nordeste e parte do Oeste goiano, ainda enfrentam maior escassez de mão de obra qualificada, reflexo da distância dos grandes centros, da menor oferta educacional e da limitação de oportunidades locais. Nessas regiões, o Senai tem atuado para interiorizar a formação profissional, por meio de escolas móveis, polos de ensino híbrido e parcerias com prefeituras e indústrias. O objetivo é levar qualificação onde há demanda e preparar os trabalhadores para os novos investimentos que vêm surgindo no interior. Em relação ao Bolsa Família, entendemos que o programa tem papel social relevante, mas não substitui a formação profissional nem o emprego formal. Em alguns casos, a dependência do benefício pode reduzir o incentivo à busca por qualificação e inserção no mercado, especialmente onde faltam oportunidades. Por isso, políticas como o Bolsa Família devem vir acompanhadas de ações integradas de capacitação, empregabilidade e desenvolvimento regional, como as que o Senai e o Sistema Fieg têm implementado em todo o Estado, para transformar o benefício em um trampolim para a autonomia e o trabalho digno.

De acordo com o Mapa do Trabalho Industrial, estudo realizado pelo Observatório Nacional da Indústria, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Estado precisará formar e requalificar 487 mil profissionais entre 2025 e

2027 para atender às exigências das indústrias goianas. De qual formação estamos falando? Inclui ensino fundamental ou apenas técnico? Quais as iniciativas foram e estão sendo implementadas para qualificar esse contingente?

Esse número expressivo inclui diferentes níveis de formação profissional, desde a qualificação básica e continuada, voltada a trabalhadores com ensino fundamental e médio, até os cursos técnicos e tecnológicos, direcionados a funções mais especializadas. Ou seja, trata-se de um esforço abrangente que envolve tanto a formação inicial de novos profissionais quanto a requalificação daqueles que já atuam na indústria e precisam se atualizar diante das novas exigências tecnológicas e produtivas. Para atender a essa demanda, o Senai Goiás tem adotado uma série de iniciativas estratégicas. Entre elas, destacam-se a ampliação da rede de unidades e polos de educação a distância, o fortalecimento da formação técnica em áreas emergentes — como automação, energias renováveis, mecatrônica, tecnologia da informação e alimentos — e a oferta de cursos de curta duração voltados à requalificação rápida de profissionais em atividade.

Ao longo de sua carreira, o senhor consolidou uma política de parcerias com indústrias e prefeituras. Essa estratégia foi importante para a expansão e modernização do Senai em Goiás?

As parcerias com indústrias e prefeituras foram decisivas para ampliar o alcance e a relevância do Senai Goiás. Essa estratégia permitiu que a instituição se aproximasse das realidades locais, identificasse demandas específicas e estruturasse soluções sob medida para cada região. Assim, foi possível implantar unidades, modernizar estruturas e interiorizar o ensino técnico, levando educação profissional de qualidade a municípios que antes não tinham acesso a esse tipo de formação. No diálogo com o setor produtivo, as indústrias se tornaram parceiras estratégicas na construção dos currículos, na oferta de estágios e na instalação de laboratórios de última geração. Essa integração fortaleceu o elo entre escola e empresa, garantindo que os cursos do Senai estejam sempre alinhados às exigências do mercado e às tecnologias mais recentes. Graças a essa política de cooperação, o Senai Goiás consolidou-se como referência nacional em inovação, qualidade de ensino e empregabilidade, contribuindo diretamente para o desenvolvimento industrial do Estado.

Na sua gestão, a formação técnica de nível médio ganhou grande impulso, passando de

poucas habilitações nos anos 90 para mais de 20 cursos técnicos atualmente. Qual a importância da formação técnica para a indústria goiana e como o Senai tem se adaptado às novas demandas do mercado?

A formação técnica tem papel fundamental no desenvolvimento da indústria goiana, ao garantir a presença de profissionais qualificados, produtivos e preparados para os desafios tecnológicos do setor. O crescimento industrial que o Estado vem experimentando só é sustentável quando acompanhado de uma base sólida de trabalhadores técnicos, capazes de transformar conhecimento em inovação e eficiência dentro das empresas. Nos últimos anos, o Senai Goiás ampliou e diversificou significativamente sua oferta de cursos, respondendo às novas demandas do mercado e às transformações da Indústria 4.0. Hoje, a instituição forma profissionais em áreas estratégicas como automação, mecatrônica, energias renováveis, tecnologia da informação, alimentos, química e logística, entre outras. Cada curso é pensado a partir das necessidades reais da indústria, garantindo formação prática, atual e alinhada à realidade produtiva. Além disso, o Senai investe fortemente na modernização dos laboratórios, na atualização das metodologias de ensino e na qualificação dos instrutores, incorporando tecnologias digitais e metodologias ativas de aprendizagem.

O Senai tem investido em inovação, com a transformação de Centros de Formação Profissional em Institutos de Tecnologia e a oferta de cursos a distância. Como o senhor vê o futuro da educação profissional com as novas tecnologias?

O futuro da educação profissional será cada vez mais conectado à inovação, à tecnologia e à personalização da aprendizagem. As transformações da Indústria 4.0 exigem profissionais capazes de lidar com automação, inteligência artificial, análise de dados e sustentabilidade — e o Senai tem se preparado para isso, modernizando seus espaços, seus currículos e suas metodologias de ensino. A estratégia representa um salto qualitativo: as unidades deixam de ser apenas espaços de capacitação e passam a atuar como centros de pesquisa aplicada, inovação e desenvolvimento industrial, aproximando ainda mais a educação às demandas reais do setor produtivo.

O Senai chegou a Goiás em um momento em que o Estado era considerado uma "periferia" do Brasil. Qual foi o impacto da chegada da primeira escola do Senai em Anápolis



Divulgação

As novas gerações têm outros sonhos — e muitos não se interessam mais pelas profissões tradicionais.”

para o desenvolvimento industrial da região e do Estado como um todo?

A chegada do Senai a Goiás, com a inauguração da primeira escola em Anápolis, marcou um divisor de águas no desenvolvimento econômico e social do Estado. Naquele período, Goiás ainda possuía uma economia essencialmente agrícola e carecia de mão de obra qualificada para sustentar o processo de industrialização que começava a despontar. A presença do Senai trouxe educação técnica de qualidade, formação profissional estruturada e novas perspectivas de futuro para milhares de jovens, criando as bases para o surgimento de um parque industrial mais sólido e competitivo. Em Anápolis, a escola se tornou um polo de formação e inovação, impulsionando a criação de indústrias locais e preparando trabalhadores para atender às novas demandas produtivas. O município, que já tinha vocação logística e estratégica, consolidou-se como um dos principais polos industriais do Centro-Oeste, especialmente nas áreas farmacêutica, alimentícia e automobilística. De forma mais ampla, o Senai contribuiu para mudar o perfil socioeconômico de Goiás, promovendo o crescimento sustentável e a valorização do trabalho técnico e industrial. A partir de Anápolis, iniciou-se um movimento de interiorização da educação profissional que hoje alcança todas as regiões do Estado, reafirmando o papel do Senai como agente transformador

do desenvolvimento regional.

Hoje, o Senai está presente fisicamente em 12 municípios goianos e atende a cerca de 80 municípios com suas ações. Como se deu esse processo de interiorização e qual a importância de levar a qualificação profissional para todas as regiões de Goiás?

O processo de interiorização do Senai é resultado de uma estratégia planejada para aproximar a educação profissional das necessidades regionais da indústria. A instituição vem ampliando gradualmente sua presença por meio da instalação de unidades fixas, escolas móveis e polos de educação a distância, garantindo que mesmo os municípios mais distantes tenham acesso à formação técnica e tecnológica de qualidade. Essa expansão tem sido guiada por estudos de vocação econômica e demandas locais, assegurando que cada curso ofertado esteja alinhado às características produtivas de cada região.

Levar a educação profissional ao interior significa promover o desenvolvimento regional equilibrado, criando oportunidades de emprego e fortalecendo as cadeias produtivas locais. Quando o Senai se instala em um município, ele não apenas forma profissionais, mas também estimula a inovação, atrai novos investimentos e melhora a competitividade das empresas.

Além disso, essa interiorização cumpre um papel social relevante: reduz as desigualdades, evita o êxodo de jovens para os grandes centros e constrói caminhos de ascensão profissional dentro das próprias comunidades. É a educação profissional atuando como vetor de transformação econômica e social em todo o Estado.

A Fieg, o Sesi e o Senai estão investindo R\$ 1 bilhão na modernização e expansão da rede de ensino até 2026. Quais são os principais projetos e como esses investimentos irão impactar a indústria e a população goiana?

Esse investimento histórico

representa um marco para o Sesi e Senai em Goiás. A iniciativa contempla a modernização das unidades existentes, a construção de novas escolas e a ampliação da oferta de cursos da educação básica, de cursos técnicos, superiores e de qualificação rápida, alinhados às demandas do mercado. O foco está em fortalecer a presença do Senai e do Sesi em todas as regiões do Estado, ampliando o acesso à educação de qualidade e à formação voltada à inovação e à tecnologia.

O impacto desses investimentos será profundo. Para a indústria, significará aumentar a competitividade, reduzir a escassez de mão de obra qualificada e impulsionar a inovação. Para a população goiana, representará mais oportunidades de emprego, renda e desenvolvimento regional, consolidando Goiás como um dos Estados mais preparados para os desafios tecnológicos e produtivos do futuro.

O Senai Goiás tem se destacado nacionalmente, sempre nos primeiros lugares no ranking de desempenho do Departamento Nacional. A que o senhor atribui esses resultados e qual o segredo para se manter no topo?

O desempenho expressivo do Senai Goiás é fruto de uma gestão moderna e estratégica, pautada em indicadores de desempenho, metas bem definidas e um planejamento integrado. A instituição tem buscado otimizar recursos, elevar a produtividade e fortalecer a transparência institucional, alinhando suas ações às diretrizes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Sistema Fieg. Além disso, o Senai mantém diálogo constante com as indústrias goianas, ouvindo suas necessidades e ajustando cursos, laboratórios e metodologias de ensino. Essa aproximação assegura uma formação pertinente, prática e com impacto direto na empregabilidade dos egressos. Como resultado, há maior inserção dos alunos no mercado de trabalho e retorno efetivo para as empresas parceiras. Com a antecipação das transformações da Indústria 4.0, o Senai Goiás modernizou seus centros de formação e laboratórios, incorporando tecnologias de ponta como automação, robótica, manufatura aditiva, inteligência artificial e sistemas de simulação. Porém, ressaltamos que nenhum resultado institucional se sustenta sem equipes comprometidas e qualificadas. O sucesso do Senai Goiás está fortemente ligado à formação continuada dos instrutores, à valorização dos colaboradores e à consolidação de uma cultura organizacional de excelência.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

FAMÍLIA

Nova lei garante igualdade em benefícios do INSS

Advogado explica que dependentes tinham de acionar a Justiça para comprovar direito a pensão

Carla Borges

A Lei nº 15.108/2025 alterou a Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213/91) e trouxe mais proteção e previsibilidade para dependentes. A norma equipara, de forma expressa, o enteado, o menor sob tutela e o menor sob guarda judicial aos filhos para fins de recebimento de benefícios previdenciários, como a pensão por morte. Embora esse direito já fosse reconhecido pela Justiça, a mudança traz maior segurança jurídica e deve reduzir a necessidade de ações judiciais.

Segundo o advogado previdenciarista Jefferson Maleski, integrante do escritório Celso Cândido de Souza Advogados, a principal importância prática da alteração é justamente a eliminação da insegurança que antes recaía sobre os dependentes. "Antes da mudança, mesmo com o reconhecimento jurisprudencial, os dependentes precisavam entrar com ações judiciais ou enfrentar exigências excessivas no INSS para comprovar o direito à pensão. Agora, com a previsão expressa na lei, o reconhecimento deixa de depender exclusivamente de decisões judiciais e passa a ter uma garantia legal", explica.

Jefferson destaca que a nova lei reforça um entendimento consolidado nos tribunais, mas que nem sempre era aplicado de forma uniforme na esfera administrativa. A expectativa é de que os processos de concessão de benefícios se tornem mais célere e menos burocráticos, ainda que o INSS demore a adaptar seus procedimentos internos. "Como ocorre com muitas alterações legislativas, é possível que o INSS leve um tempo para ajustar seus sistemas e treinar os servidores. Por isso, a atuação de advogados previdenciaristas continua sendo essencial para garantir o cumprimento efetivo da nova regra", pontua.



Divulgação

Advogado Jefferson Maleski: "Mais segurança para dependentes"

Dependência econômica

A legislação exige que o menor não possua meios próprios de subsistência, o que pode ser demonstrado por meio de declaração de matrícula escolar, inclusão em plano de saúde ou pensão alimentícia, comprovantes de dependência econômica e declarações no imposto de renda do segurado. Também são aceitos atestados de residência conjunta e declarações emitidas por escolas, médicos ou instituições sociais que atestem a ausência de renda própria.

Além disso, Jefferson ressalta que a declaração expressa do segurado, prevista na nova redação, pode ser suprida por outros meios quando não for possível obtê-la, como em casos de morte súbita. "Provas documentais e testemunhais que evidenciem a relação de dependência, ou sentenças anteriores reconhecendo esse vínculo, podem substituir a declaração", explica o advogado.

Apesar do avanço, Jefferson alerta que a definição de critérios legais objetivos pode levar o INSS a exigir documentação mais rigorosa. "Há um risco de o órgão interpretar a lei como uma autorização para aumentar as exigências formais, pedindo comprovantes específicos de renda ou declarações detalhadas. Isso pode ser um obstáculo, especialmente para famílias de baixa renda que não têm acesso fácil a todos os documentos", observa.

J Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



TJ-GO mantém proibição de hospedagem via Airbnb

Por maioria de votos, a 11ª Câmara Cível do TJ-GO decidiu manter a sentença que proibiu a oferta de aluguel por temporada de uma unidade residencial por meio do Airbnb e outras plataformas digitais semelhantes. Manteve, ainda, a multa aplicada pela administração do condomínio. Para o colegiado, ficou evidente que as normas internas do edifício estabelecem destinação exclusivamente residencial e vedam o uso comercial dos imóveis, o que justifica a restrição ao uso de hospedagem atípica.

Atípica

O Tribunal reafirmou orientação do STJ segundo a qual a oferta de imóveis residenciais para hospedagem intermediada por plataformas digitais configura hospedagem atípica, distinta da locação por temporada prevista na lei do inquilinato. Por possuir natureza comercial, essa prática pode ser restringida ou proibida quando a convenção e o regimento interno vedam atividades empresariais dentro do condomínio.

Julgamento conjunto

A decisão foi proferida no julgamento conjunto de duas ações. Na primeira, o proprietário buscava o reconhecimento da legalidade das locações realizadas por ele por meio da plataforma Airbnb e a anulação da penalidade imposta pelo condomínio. Na segunda, a administração pediu que fosse confirmada a proibição do uso da unidade para hospedagem de curta estadia.

Gonet reconduzido

O Senado Federal aprovou na quarta-feira (12), por 45 votos a 26, a recondução do procurador-geral da República, Paulo Gonet, para mais dois anos de mandato. Durante sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os senadores concentraram perguntas acerca dos processos relacionados com os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Gonet defendeu o trabalho da PGR, informando que já foram registradas 715 condenações e 12 absolvições, enquanto 606 ações seguem em tramitação.



Compensa?

O advogado e ex-desembargador eleitoral do TRE-GO Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior (foto) lançou na quinta-feira (13) o livro "O Crime Compensa? — A Prática de Infrações e o Sucesso nas Eleições". Na obra, o autor analisa decisões do Tribunal e os resultados das eleições para elucidar o funcionamento da Justiça Eleitoral. "Consegui investigar se existe uma correlação entre as infrações eleitorais e o sucesso nas urnas, ou seja, se quem mais pratica ilegalidades tem maior chance de ser eleito", explica o escritor Márcio Moraes. O período abordado na obra é de 2016 a 2022.



O acesso de terceiros a aplicativos e senhas pessoais não ocorre por falta de cautela dos correntistas, mas em virtude de fraude contra eles cometida

Villas Bôas Cueva, ministro do STJ, em julgamento sobre falha de segurança de banco



Concurso no TJ-GO

O TJ-GO realizará concurso público para o cargo de juiz substituto e a banca Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi a escolhida para organizar o certame. Na quinta-feira (13), o Tribunal divulgou que o contrato foi assinado com a organizadora, mas não deu detalhes sobre número de vagas ou quando as provas serão realizadas. A Comissão de Seleção e Treinamento do TJGO será responsável pela elaboração dos editais normativos e pela supervisão de todas as etapas do concurso. Ganham força as especulações sobre novo concurso para analista, que já foi autorizado pelo presidente Leandro Crispim.

SEGURANÇA

Projeto cria plano de proteção a parlamentares em situações de risco

Carlos Costa

Projeto da Mesa Diretora disciplina uso excepcional da Polícia Militar para deputados ameaçados

Arthur Oliveira*



Deputados durante votação híbrida para aprovação do projeto

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) aprovou, em segunda votação, o projeto de resolução nº 26860/25, apresentado pela Mesa Diretora, que cria o Plano de Proteção ao presidente do Parlamento e aos deputados estaduais que se encontrem em situação de risco decorrente do exercício do mandato. A matéria foi votada durante a sessão extraordinária híbrida da última quinta-feira (13) e recebeu 21 votos favoráveis.

A iniciativa surge devido à proximidade das eleições de

2026, quando pode aumentar o número de intimidações e ameaças dirigidas a parlamentares. Em Goiás, o plano estabelece diretrizes para a atuação da Polícia Militar quando houver perigo real à integridade física de um deputado, buscando equilibrar a necessidade de proteção institucional com o uso responsável do efetivo policial.

De acordo com o texto aprovado, o emprego extraordinário de policiais militares

só poderá ocorrer em situações formais, justificadas e diretamente relacionadas ao exercício do mandato. A proposta busca evitar distorções, garantindo que a proteção seja acionada apenas quando houver risco concreto, preservando a eficiência do contingente da PM e prevenindo desvio de finalidade.

A resolução também reforça a atuação da Assistência Policial Militar da Assembleia

(AsPM/Alego), que desempenha papel estratégico na segurança interna do Parlamento. Além de garantir a integridade de deputados e autoridades, a unidade atua na proteção de servidores, visitantes e da comunidade do entorno do Palácio Maguito Vilela. O plano consolida diretrizes de sigilo, prevenção, proporcionalidade e resguardo da livre atuação parlamentar, princípios característicos da doutri-

na de proteção a autoridades.

DEBATE NACIONAL

A discussão sobre segurança de parlamentares também ocorre em nível nacional. O Projeto de Lei 4449/21, em tramitação na Câmara dos Deputados, prevê a criação do Programa Nacional de Proteção a vereadores, deputados estaduais, distritais, federais e senadores expostos a ameaças que comprometam o exercício do mandato. A proposta, apresentada pelos deputados Vivi Reis (PSOL-PA), Helder Salomão (PT-ES) e Paulo Teixeira (PT-SP), determina que a proteção seja realizada por meio de cooperação entre União, estados e Distrito Federal.

O PL federal também prevê a criação de um cadastro nacional de parlamentares sob proteção e permite a extensão das medidas de segurança a familiares próximos, como cônjuges, ascendentes, descendentes e dependentes que convivam com o parlamentar ameaçado.

TRANSPARÊNCIA

Empresas são obrigadas a implementar programas de integridade em contratos acima de R\$ 50 milhões

Outro programa foi aprovado, nesta quinta-feira (13), em segunda votação pela Alego. Trata-se do projeto nº 28023/25, enviado pela Governadoria, que torna obrigatória a implementação de programas de integridade por empresas e entidades privadas sem fins lucrativos que firmarem contratos ou parcerias com o Governo de Goiás. A decisão foi tomada durante a Ordem do Dia da sessão desta

A proposta tem como objetivo fortalecer os padrões éticos nas relações entre o Estado e contratados, garantindo maior transparência e ampliando mecanismos de prevenção, detecção e correção de irregularidades. Com a aprovação, fica revogada a Lei nº 20.489/2019, que tratava anteriormente da temática, atualizando e ampliando as exigências para o contexto atual.

Pelo texto aprovado, a obrigatoriedade se aplica a contratos com valor anual superior a R\$ 50 milhões e vigência mínima de 180 dias.

A regra abrange convênios, termos de colaboração e fomento, contratos de gestão, parcerias e instrumentos congêneres.

As empresas e entidades contratadas terão prazo de até seis meses, após a assinatura, para implantar seus programas de integridade. Entre os requisitos previstos estão a adoção de mecanismos de prevenção de riscos, canais seguros de denúncia, códigos de ética atualizados, registros contábeis transparentes e ações permanentes de incentivo à cultura de integridade dentro das organizações.

O projeto também estabelece sanções para quem descumprir as normas: multa diária de 0,1% do valor do contrato, limitada a 10%, além da possibilidade de rescisão do acordo e proibição de celebrar novos contratos com o Estado pelo período de até dois anos.

*Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia

ELEIÇÕES 2026

Caiado amplia protagonismo de Daniel Vilela no governo e consolida sucessão

Divulgação

Governador reforça confiança no vice, descarta retrocesso e destaca continuidade administrativa como prioridade para 2026

Da Redação

Pré-candidato à Presidência da República, o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) deixará o cargo em abril de 2026 para concorrer à eleição, abrindo espaço para que o vice-governador Daniel Vilela (MDB) assumira o comando do Estado e, assim, concorra à reeleição. Nas agendas públicas, Caiado tem reiterado a confiança no emedebista e defendido a continuidade da atual gestão, com foco na manutenção da estabilidade administrativa e das políticas conquistadas desde 2019.

“A cadeira não pode ser maior do que o governante. Por isso, busquei Daniel em 2022. Ele disputou contra mim em 2018 e fui atrás de parceria”, afirmou. Caiado também destacou o papel do vice na gestão: “Ele está ao meu lado todos os dias, parti-

cipando das decisões. Tem noção de tudo o que aconteceu nos últimos anos. Minha preocupação é que tenhamos pessoas com a estatura que o cargo pede”, a declaração foi dada durante evento do Sistema OCB-GO.

As menções públicas ao vice-governador têm sido constantes. Em diferentes pronunciamentos, Caiado tem defendido que o Estado preserve o alinhamento político e a continuidade administrativa, sem qualquer retrocesso. “Todas as minhas ações são compartilhadas com ele, para que haja continuidade no que implantamos na política do Estado. Sem rupturas, como acontecia antigamente”, afirmou em outubro, durante entrega de obras de saneamento em Goiânia.

Com resultados consistentes na condução do estado, Caiado é o gestor estadual mais bem avaliado do Brasil, com 88% de aprovação segundo a pesquisa Genial/Quaest. A sincronia na cúpula do Governo Estadual tem sido reiterada como um dos pilares para garantir previsibilidade para o futuro de Goiás. “Trabalhou ao meu lado todos esses 3 anos. Podem ver que vai continuar no mesmo ritmo de trabalho, de dedicação e de continuidade e desenvolvimento”, frisou Caiado durante agenda no Entorno do Distrito Federal.

Enfatizados por Caiado,



Daniel Vilela terá espaço como principal articulador de ações futuras que vão alçar Goiás a outro patamar de desenvolvimento

os predicados de Daniel Vilela conferem legitimidade ao anseio do governador de manter a engrenagem da administração estadual funcionando. “Busquei um jovem preparado, com espírito público, filho de um pai que foi exemplo de solidariedade às pessoas humildes, o ex-governador Maguito Vilela”, enalteceu ao inaugurar o Complexo Oncológico de Referência (Cora) em setembro. “Nós goianos temos governo e temos capacidade de desenvolver cada vez mais o potencial do nosso estado porque fazemos a boa política. Essa boa política eu vou entregar à Daniel Vilela”, afirmou.

A revista Veja apontou Goiás como um dos poucos estados em que o governador

conseguiu estruturar uma sucessão política estável. De acordo com a publicação, apenas três governadores eleitos em 2022 têm aliados em posição consolidada para 2026: Ronaldo Caiado, em Goiás; Ibaneis Rocha, no Distrito Federal; e Paulo Dantas, em Alagoas. A saída de Caiado para disputar a Presidência tende a fortalecer ainda mais a visibilidade de Daniel Vilela, que assumirá o comando do governo em um momento de alta aprovação popular e consolidação administrativa.

TRANSIÇÃO COM ESTABILIDADE

No desfecho do segundo mandato, Caiado tem explicitado o êxito de seu governo e feito contraponto ao cenário

oposto de quando assumiu em 2019, recorrentemente definido por ele como “terra arrasada”. “Não herdará um estado quebrado. Terá responsabilidade para tocar projetos adiante”, completou ao citar a transição para o emedebista durante apresentação dos índices criminais em julho.

Entre as ações que Daniel Vilela deverá dar sequência estão a ampliação do Cora e o avanço no programa de habitação com a entrega de 10 mil moradias a custo zero até o fim de 2026. O vice-governador também participa do planejamento de metas nas áreas de segurança pública, educação e tecnologia, setores que o governo considera estratégicos para manter o ritmo de desenvolvimento estadual.

Daniel Vilela terá espaço como principal articulador de ações futuras que vão alçar Goiás a outro patamar de desenvolvimento. Entre elas um pacote de obras rodoviárias com mais de 70 frentes de serviço em execução e que compõem 1,8 mil quilômetros de pavimentações, duplicações e restaurações em curso. Outro ponto é a modernização do Estádio Serra Dourada, que passou a ser gerido pela construtora Construcap e terá investimentos que podem ultrapassar R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 263 milhões aplicados nos três primeiros anos.

SUCESSÃO

Esvaziamento do PL coloca em xeque projeto de Wilder Moraes disputar governo em 2026

O PL em Goiás enfrenta uma série de perdas de prefeitos e lideranças em um momento crítico para a construção do projeto de candidatura ao governo em 2026 do senador Wilder Moraes. Dos 26 prefeitos eleitos pelo partido em 2024, 14 já migraram para a base do governador Ronaldo Caiado (União Brasil) e do vice-governador Daniel Vilela (MDB).

O projeto de lançamento candidatura própria ao governo em 2026 está sob pressão. A avaliação, até de integrantes do partido, é de que Wilder tem mantido agendas reduzi-

das e feito poucas articulações com aliados, o que reduz sua capilaridade para enfrentar a base governista. A tese de candidatura própria perde força exatamente pela fragilidade de levar adiante um projeto que seja competitivo eleitoralmente.

O movimento ocorre concomitantemente à adesão recente de prefeitos do PL ao projeto do vice-governador Daniel Vilela, que assumirá o governo em abril e será candidato à reeleição, e da primeira-dama Gracinha Caiado (União Brasil), pré-candidata ao Senado. Nesta

semana, o prefeito de Novo Gama, Carlinhos do Mangão (PL), oficializou apoio à dupla em evento local, reduzindo ainda mais o espaço para Wilder Moraes.

Também no Entorno do Distrito Federal, a prefeita de Formosa, Simone Ribeiro, eleita com apoio da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, deixou o PL para se filiar ao União Brasil, partido do governador. Em Cristalina, o prefeito Luis Otávio, eleito pelo PL, também se aproxima do projeto liderado por Daniel e Gracinha.

O fato de metade dos pre-

feitos do PL já terem migrado para a base governista indica que Wilder Moraes não está conseguindo manter a coesão interna nem demonstrando expectativa de poder em torno de seu projeto eleitoral, fundamental para qualquer candidatura se mostrar competitiva.

O deputado federal Daniel Agrobom (PL) também já manifestou apoio a Daniel Vilela. Outro parlamentar, o deputado estadual Paulo César Martins também está de saída do PL. Nos bastidores, novas saídas não são descartadas, o que reforça o esvazia-

mento de candidaturas proporcionais da legenda, outro obstáculo para Wilder Moraes.

Diante desse cenário cada vez mais esvaziado, cresce a avaliação de que o PL poderá abandonar a disputa para o governo estadual e priorizar a eleição de um senador. O ex-presidente Jair Bolsonaro, que conduz as principais definições da sigla, pode bater o martelo pela candidatura do deputado federal Gustavo Gayer (PL) ao Senado em aliança com MDB e União Brasil. Nesse caso, a candidatura de Wilder seria descartada.

ORÇAMENTO

Goiânia arrecada 85,7% das receitas correntes previstas na LOA de 2025

Jackson Rodrigues

Com R\$ 8,36 bilhões em receitas correntes até outubro, Paço mantém ritmo de arrecadação; IRRF já superou previsão e ISS se aproxima da meta

Lucas de Godoi

A Prefeitura de Goiânia arrecadou R\$ 8,36 bilhões em receitas correntes entre janeiro e outubro de 2025, o que representa 85,7% do total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, fixada em R\$ 9,75 bilhões para o exercício. Somadas as previsões de receitas de capital (R\$ 789,8 milhões) e as receitas intraorçamentárias (R\$ 546,8 milhões), o orçamento total do município alcança R\$ 10,63 bilhões, segundo a peça orçamentária sancionada pelo prefeito Sandro Mabel (UB).

Os dados indicam que Goiânia deve cumprir a meta orçamentária até o fim do ano, avalia o ex-secretário de Finanças de Goiânia Jeovalter Correia. Especialista em Controladoria e Administração Tributária, ele foi titular da pasta entre 2014 e 2016.

“Acho que bate a meta sim, PIB crescendo, arrecadação federal crescendo”, avalia o especialista. Em um estudo que compartilhou com a Tribuna, Correia projeta que Goiânia deve arrecadar R\$ 10,36 bilhões em 2025, o equivalente a 97,5% da meta prevista na LOA, dentro da margem



Dados do Paço mostram que IRRF arrecadou R\$ 548,3 milhões até outubro, 5,4% acima da meta

esperada.

ARRECADADAÇÃO PRÓPRIA

Os dados do Portal da Transparência da Prefeitura de Goiânia mostram que o Imposto Sobre Serviços (ISS) é a principal fonte de arrecadação própria da capital neste exercício. Até outubro, o tributo somou R\$ 1,23 bilhão, o equivalente a 84,3% da meta anual de R\$ 1,46 bilhão.

O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), uma das principais bases patrimoniais do município, arrecadou R\$ 1,04 bilhão até outubro, de um total estimado em R\$ 1,43 bilhão, o que corresponde a 73,3% da previsão.

Apesar de seguir o padrão histórico, concentrando a maior parte das receitas no

primeiro semestre, o IPTU ainda tem potencial de incremento com as ações de cobrança e com o Refis, que, até o dia 30 de novembro, oferece ao contribuinte a possibilidade de negociar débitos vencidos com até 99% desconto em juros e multas.

O Imposto Territorial Urbano (ITU), cobrado sobre imóveis não edificados, apresentou R\$ 50,5 milhões arrecadados, o que representa 77,4% do previsto. Já o Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITBI), sensível às variações do mercado imobiliário, atingiu R\$ 308 milhões, equivalentes a 61,7% da meta anual, permanecendo como o tributo de menor execução até o momento.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), que incide

sobre a folha de pagamento dos servidores municipais e sobre rendimentos de prestadores, já ultrapassou a meta orçamentária. Com previsão de R\$ 520,2 milhões, o tributo atingiu R\$ 548,3 milhões arrecadados, superando em 5,4% o valor estimado, primeiro imposto municipal a exceder o total previsto no exercício.

Somadas, as cinco principais fontes de receita própria do município (ISS, IPTU, ITBI, ITU e IRRF) totalizaram R\$ 3,18 bilhões arrecadados até outubro, frente a uma previsão de R\$ 3,97 bilhões na LOA. A execução média é de 80,1%, o que demonstra desempenho consistente das receitas tributárias locais.

META ALCANÇÁVEL

Nos bastidores, técnicos da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) apontam que o comportamento da arrecadação indica que a capital deve cumprir integralmente a meta orçamentária de 2025. De acordo com servidores da pasta, o município “mantém regularidade na arrecadação e equilíbrio nas finanças”.

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) informou que a Receita Corrente Líquida (RCL) referente ao exercício de 2025 deverá apresentar, ao final do ano, uma redução de cerca de R\$ 1 bilhão em relação à projeção inicial constante na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Segundo a pasta, as “rubricas da arrecadação própria mantêm desempenho dentro do previsto, especialmente no que se refere à receita tributária. No entanto, as transferências correntes foram principalmente aquelas oriundas do Governo Federal, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que apresentou queda de 14% no mesmo período, resultado direto da desaceleração da arrecadação federal dos impostos compartilhados.”

“A União não tem conseguido alcançar a mesma eficiência na arrecadação dos tributos que, pela Constituição, são repartidos com estados e municípios. Essa queda impacta diretamente as finanças locais, exigindo do município ainda mais responsabilidade na gestão fiscal, conforme demonstrado na última prestação de contas apresentada à Câmara Municipal de Vereadores.”, informa a nota mencionando que deverá haver déficit nas transferências oriundas do Governo Federal.

LOA 2026 busca eliminar R\$ 1 bilhão superestimado, diz Sefaz

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, enviada pela Prefeitura à Câmara Municipal, prevê R\$ 10,46 bilhões em receitas e despesas, praticamente o mesmo valor do orçamento vigente. Do total, R\$ 9,75 bilhões são receitas correntes, R\$ 624 milhões são receitas de capital e R\$ 513 milhões correspondem a receitas intraorçamentárias, com deduções de R\$ 429 milhões.

A principal fonte de arre-

cadação segue sendo impostos, taxas e contribuições de melhoria, que somam R\$ 4,12 bilhões, com destaque para o ISS (R\$ 1,48 bilhão) e o IPTU (R\$ 1,45 bilhão). O ITBI tem previsão de R\$ 500 milhões, o ITU, de R\$ 65 milhões, e o IRRF, de R\$ 520 milhões, valores praticamente idênticos aos de 2025, o que indica ausência de crescimento real nas receitas próprias.

Do lado das despesas, o orçamento repete a estrutura

dos últimos anos: pessoal e encargos sociais permanecem como o maior gasto, com R\$ 5,4 bilhões, seguidos de saúde (R\$ 2,26 bilhões), educação (R\$ 2,23 bilhões) e administração (R\$ 1,86 bilhão).

A previsão para investimentos foi fixada em R\$ 865,9 milhões.

Em nota à Tribuna do Planalto, a Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) afirmou que a LOA 2026 foi elaborada com base em pre-

missas realistas, com o objetivo de corrigir distorções deixadas pela gestão anterior, que teria superestimado a receita da LOA 2025 em cerca de R\$ 1 bilhão.

“É importante destacar que, em 2024, a gestão anterior encaminhou à Câmara Municipal de Vereadores um orçamento com cerca de R\$ 1 bilhão de reais a mais em receitas previstas. Atualmente a Sefaz trabalha para corrigir esse desequilíbrio e construir

uma peça orçamentária para 2026 que exclua o excesso de receita previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025.”, disse a pasta.

Após desgastes com vereadores, o texto deverá passar por ajustes para garantir que cada um dos 37 parlamentares tenha direito ao menos a R\$ 5 milhões em emendas parlamentares. A mudança no texto deverá ser feita pela Câmara, em acordo com o Paço.

PESQUISA

Segurança pública alavanca Caiado à Presidência, mostra Genial/Quaest

Levantamento indica que cresce número de brasileiros que conhecem governador de Goiás e da intenção de votos, que chega a 71%, e, num segundo turno com Lula, petista tem 42% contra 35% do goiano, diferença de apenas 7 pontos, que era de 15 nas outras rodadas

Carla Borges

Em nova rodada, a pesquisa Genial/Quaest mostrou cenário de queda na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e na avaliação do seu governo e de melhora para a oposição, dentre os nomes o do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (UB). Divulgados entre quarta-feira (12/11) e quinta-feira (13/11), os dados mostram a avaliação do governo Lula, projeções para as eleições de 2026 e a opinião dos brasileiros sobre a Operação Contenção, realizada no Rio de Janeiro, em 28 de outubro, contra o crime organizado.

Caiado, que era desconhecido, em maio, por 62%, e por 54%, nos meses de agosto, setembro e outubro, registrou agora ser desconhecido por 51%, o menor índice. Desse total, 15% dos que o conhecem afirmaram que votariam nele nas eleições de 2026, nas outras rodadas

eram 13%, registrando, portanto, crescimento na intenção de votos. Em constante presença em agendas nacionais, o governador tem vencido seu principal desafio, o de se tornar conhecido e competitivo. Conforme disse o diretor da Quaest, Felipe Nunes, sobre a pesquisa, a pauta da segurança pública foi a principal arma da oposição. Justamente na qual Caiado mais se destaca.

A pesquisa apresentou como pré-candidatos o presidente Lula, Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio de Freitas (Republicanos), Michelle Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PSDB), Ratinho Júnior (PSD), Eduardo Bolsonaro (PL) e Romeu Zema (Novo). Foram ouvidas 2.004 pessoas com 16 anos ou mais. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Na pesquisa estimulada de intenção de votos, Caiado atinge 11% no melhor cená-

Divulgação



Caiado tem criticado atuação de Lula frente ao crime organizado, o qual categoriza como “terrorismo”

rio, em que tem Lula e Eduardo Bolsonaro (PL), que aparecem com 39% e 24%, respectivamente. Já num cenário de 2º turno entre Lula e Caiado, o petista tem 42% das intenções de voto contra 35% do governador de Goiás, ou seja, apenas 7 pontos percentuais de diferença. Na última rodada, Lula tinha 46% e Caiado, 31%. Dessa forma, a distância caiu de 15 para apenas 7 pontos.

Outro cenário em que Caiado se destaca é no crescimento entre os eleitores que se dizem independentes, com a pauta da segurança pública. De acordo com a pesquisa, a rejeição a Lula entre os eleitores desse grupo cresceu de 54%, em outubro, para 64%, em novembro. No mesmo segmento, Caiado subiu de

30% para 41% das intenções de voto, e Lula caiu de 33% para 29%. Tarcísio tem apenas 30% e Zema, 42%.

Os números mostraram também que, desde julho, a aprovação do governo Lula oscilava dentro da margem de erro para cima e a desaprovação, para baixo. Nesta rodada, o cenário se inverteu, e a aprovação oscilou para baixo e a desaprovação, para cima. A aprovação ficou com 47% (eram 48% em outubro); e a desaprovação, com 50% (eram 49%).

Atuante no tema da segurança pública, Caiado se destacou para 11% dos entrevistados, durante e após a Operação Contenção, segundo o levantamento da Quaest, tecnicamente empatado com o governador de São Paulo,

Tarcísio de Freitas, com 13%. O maior índice foi para o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), com 24%, que liderou a operação policial. Sobre o que os brasileiros acharam da operação, que Caiado defende assim como a atuação das polícias, 67% disseram aprovar, e 25% desaprovaram; para 67%, a polícia não exagerou, e outros 29% responderam que sim.

Outro dado que mostra o interesse dos brasileiros com o tema segurança pública, é que a preocupação dos entrevistados com a violência subiu de 30%, em outubro, para 38% agora. De acordo com a Quaest, o assunto lidera os levantamentos sobre as maiores preocupações dos brasileiros desde maio, com oscilações ao longo dos meses.

Exposição na mídia nacional e colaboração com projetos e ações

A Operação Contenção, realizada pelas polícias Civil e Militar contra o crime organizado, no Rio de Janeiro, impulsionou o governador Ronaldo Caiado para o debate nacional sobre segurança pública. Partiu dele, no dia seguinte, a iniciativa de ir ao estado, junto a outros governadores, prestar solidariedade ao colega Cláudio Castro e oferecer apoio às forças de segurança do Rio.

Dois dias depois, Caiado participou de reunião com os governadores Cláudio Castro, Romeu Zema (MG), Jorginho Mello (SC), Eduardo Riedel (MS), Tarcísio de Freitas (SP, por videoconferência) e a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, no Palácio Guanabara, e do encontro nasceu o

“Consórcio da Paz”, com o objetivo de integrar forças de segurança e equipes de inteligência.

Caiado fez duras críticas ao governo federal e à atuação do presidente Lula frente ao crime organizado, o qual ele categorizou como “não sendo crime comum, mas terrorismo”. Ele criticou também a falta de apoio do governo federal e alertou para a tentativa de concentração de poder em Brasília por meio da chamada PEC da Segurança, que, segundo ele, reduz a capacidade de reação das polícias estaduais.

O governador goiano participou também de debate sobre segurança pública na Câmara dos Deputados, na quarta-feira (12/11), quando defendeu,

dentre outras medidas de endurecimento do estado contra o crime, a equiparação das facções criminosas ao terrorismo, para permitir penas mais severas e maior integração das forças de segurança. Caiado defendeu a necessidade de se retomar a autoridade do estado dentro dos presídios, como foi feito em Goiás nas suas gestões, e alertou para os riscos de se tirar poder dos gestores estaduais e enfraquecer as polícias.

Caiado apresentou, no início de novembro, seis propostas de emenda ao projeto de Lei Antifacção, enviado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional. Entre as alterações sugeridas estão o fim das “sadinhas” para presos ligados a facções, o

aumento do tempo mínimo de cumprimento de pena para progressão de regime — de 1/6 para 3/5, o equivalente a 60% — e a proibição de visitas íntimas a detentos identificados como integrantes de organizações criminosas. O governador propôs também a gravação obrigatória das audiências entre presos e advogados, a inclusão de facionados em uma legislação antiterrorismo e o fim da audiência de custódia para acusados reincidentes. Segundo Caiado, as mudanças pretendem impedir que facções mantenham o controle das ações criminosas mesmo com seus líderes detidos.

Devido à exposição midiática nacional, Caiado pôde apresentar os resulta-

dos de Goiás como exemplo de política pública eficaz na segurança pública. O estado, desde 2019, registra queda contínua nos índices de criminalidade, com investimentos em inteligência policial, formação e controle do sistema prisional. Goiás registrou também, em outubro de 2025, o menor número de homicídios de toda a série histórica, iniciada em 2016. Conforme a Secretaria de Segurança Pública (SSP), 86% dos 246 municípios goianos não tiveram ocorrência de assassinato no período. Foram contabilizados apenas 57 casos, em 35 municípios. Isso significa uma redução de 77,7% em relação a outubro de 2016, quando houve 256 homicídios.

ESCOLA

INFÂNCIA

Relatório do Tribunal de Contas expõe falta de 46 mil vagas em creches goianas

FREPIK

Dados de 109 municípios revelam que serão necessários R\$ 2,1 bilhões para construir 396 creches e ampliar 23 unidades existentes



Dhayane Marques

Goiás tem 45.976 crianças à espera de uma vaga em creches e pré-escolas. O custo para construir as 396 unidades necessárias é estimado em R\$ 2,179 bilhões.

Esses números, que já haviam sido apontados em reportagem do Tribuna do Planalto em outubro, foram confirmados por estudo do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) e dominaram os debates da 56ª reunião do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no estado (Gaepe-GO), que encerrou o ciclo de 2025 com um diagnóstico claro: a crise na educação infantil exige uma ação de urgentes e coordenada.

O estudo do TCM-GO, elaborado pelo Ministério Público de Contas e pela Coordenadoria de Educação, revela que quatro municípios: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e Santo Antônio do Descoberto, concentram 55,3% do custo total estimado. O cálculo, baseado nos valores de referência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para 2025, evidencia a dimensão do

Projeção indica necessidade de 396 creches, com prioridade para municípios que concentram maior demanda.

investimento necessário para cumprir a obrigação constitucional de universalizar o acesso à educação infantil.

Paralelamente ao déficit de vagas, o desafio da permanência escolar revela camadas de complexidade. A Secretaria de Estado da Educação (Seduc-GO) opera com a distinção entre alunos que não se rematriculam e aqueles que abandonam as aulas por infrequência. O sistema de monitoramento cruza dados de presença e rendimento para flagrar sinais de alerta, mas a solução, reconhecem os gestores, está fora dos muros da escola.

A Busca Ativa Escolar (BAE), estratégia desenvolvida pelo UNICEF em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), surge como instrumento central neste contexto. A metodologia, que combina ação social e tecnologia, tem como objetivo identificar, registrar e acompanhar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão, integrando as áreas de educação,

SAIBA MAIS

✓ O que é o Gaepe-GO?

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás é uma governança intersetorial instalada em 2020. Reúne instituições como Secretaria de Educação, Tribunais de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública e Undime para construir soluções coordenadas para os desafios da educação pública estadual.

✓ Como funcionam as campanhas de busca ativa?

Municípios e estados podem aderir gratuitamente à plataforma Busca Ativa Escolar (buscaativaescolar.org.br). A ferramenta permite o registro de alertas de evasão, o acompanhamento de casos por uma equipe intersetorial e a gestão de ações para a matrícula e permanência do estudante.

✓ Quais os critérios para prioridade em filas de creche?

A Nota Técnica 001/2024 do Gaepe-GO recomenda que municípios adotem critérios transparentes. A prioridade legal é para crianças com deficiência, vítimas de violência doméstica e em situação de acolhimento. Critérios subsidiários incluem famílias inscritas no CadÚnico e famílias monoparentais.

saúde e assistência social em uma resposta coordenada.

A estratégia de Busca Ativa Integrada surge como peça central no combate à evasão.

Representantes da Seduc-GO afirmaram que a rede de ensino não consegue, sozinha, combater o abandono. É necessária uma articulação

imediate com o Conselho Tutelar, o Ministério Público e a assistência social. O retorno do estudante à sala de aula exige mais que a reposição de conteúdo; demanda um apoio pedagógico e socioassistencial integrado.

No front político, a deputada Bia de Lima (PT) iniciou uma ofensiva no Legislativo para canalizar recursos via emendas parlamentares diretamente para a educação infantil. A petista articula um acordo entre os pares para que um percentual fixo das emendas individuais seja destinado à construção e manutenção de creches nos próximos três anos. A estratégia conta com levantamento técnico da Undime-GO para identificar municípios prioritários e pressão social por meio de cartas e abaixo-assinados.

O novo ICMS Educacional, em vigor desde 2025, emerge como outro instrumento na disputa por recursos. Do montante destinado à educação, 51% são calculados pelo número de matrículas e 47% pela qualidade da alfabetização. Municípios já registram alterações nos repasses financeiros, o que aumenta a pressão por gestão eficiente das redes de ensino.

Os próximos passos definidos pelo Gaepe-GO incluem a atualização de um guia com fluxos de busca ativa, a consolidação de estudo de custos de manutenção de creches e a avaliação de um portal público para os dados do ICMS Educacional. A governança também planeja uma reunião de alto nível com o governador para apresentar as demandas de financiamento de forma unificada, buscando converter o diagnóstico bilionário em ação concreta.

MP-GO atua em duas frentes para garantir direito à educação

A atuação do Ministério Público de Goiás (MP-GO) no âmbito educacional ocorre tanto na esfera coletiva quanto na individual. Internamente, um conflito de atribuições entre promotorias em Bom Jesus de Goiás foi dirimido com base no entendimento de que pedi-

dos de vaga em creche envolvem a tutela do direito à educação, competindo à promotoria especializada na área. Coletivamente, o MP-GO integra o Gaepe-GO e participa de articulações na Assembleia Legislativa para destinação de recursos orçamentários para a construção de novas

unidades de educação infantil, evidenciando uma atuação em múltiplas frentes para assegurar o acesso.

BUSCA ATIVA ESCOLAR MOBILIZA REDES CONTRA EXCLUSÃO NO PAÍS

Estratégia desenvolvida pelo UNICEF em parceria com a

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Busca Ativa Escolar (BAE) é uma metodologia que visa identificar, registrar e acompanhar crianças e adolescentes fora da escola. Dados de 2025 indicam que a iniciativa já possibilitou o retorno de 300 mil estudantes às salas de aula

no Brasil. Contudo, a PNAD Contínua de 2024 aponta que 993 mil pessoas entre 4 e 17 anos permanecem excluídas do sistema de ensino. A plataforma da BAE foi recentemente atualizada com novos motivos de exclusão e um painel de matrículas, buscando aprimorar a precisão das ações.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Hailé Pinheiro e Adson Batista não fizeram substitutos

Ao contrário do Vila Nova, que tem um grupo unido de bons dirigentes, Goiás e Atlético não formaram substitutos à altura dos últimos presidentes, por isso têm um futuro sombrio na gestão dos clubes. No Goiás, Hailé Pinheiro, que comandou os destinos da entidade por mais de 50 anos, não fez um substituto à altura para conduzir os destinos do esmeraldino sem os traumas de uma ruptura, como está acontecendo no Goiás.

Hailé bem que tentou, indicou vários nomes para dirigir o Goiás, mas praticamente todos deixaram a presidência do alviverde rompidos com o dirigente máximo do time da Serrinha. Passaram pela presidência do Goiás indicados por Hailé Pinheiro nomes como, Rubens Brandão, Raimundo Queiroz, Pedro Goulart, Vagner Vilela, João Bosco Luz, João Gualberto, Dr. Cid de Oliveira, Dr. Sérgio Rassi e Dr. Marcelo Almeida. Todos assumiram com as bênçãos de Hailé Pinheiro. Mas deixaram a presidência do Clube rompidos com o dirigente maior do Clube. Dizem as pessoas mais próximas, que Hailé não admitia que presidentes tomassem decisões sem consultá-lo.

Dissidência - Dos ex-presidentes que saíram estremezados com Hailé Pinheiro, os médicos Cid de Oliveira e Sérgio Rassi não terminaram seus mandatos. Pressionados, pediram para sair. Junto com os pedidos de exoneração, se perdia também uma forte relação de amizade. Cid de Oliveira e Sérgio Rassi, além de amigos, foram médicos da família Pinheiro até a dissidência. A amizade terminou com os mandatos extintos.

Mas o ex-presidente que mais incomodou a família Pinheiro foi Raimundo Queiroz, o "queridinho" da torcida esmeraldina. Na presidência do Goiás, Raimundo conquistou as maiores glórias da história do Goiás. Ele foi o responsável por formar as melhores equipes, que ganharam destaque e respeito nacional. Com Raimundo na presidência, o time esmeraldino conquistou vários campeonatos regionais, levou o Goiás ao terceiro lugar no campeonato brasileiro,



Hailé Pinheiro, já falecido, não deixou herdeiros na presidência do Goiás



Adson Batista, até o momento, sem substituto

conquista que garantiu a participação do time da Serrinha na Copa Libertadores da América.

Raimundo Queiroz foi o dirigente que levou o nome do Goiás mais alto, mas também foi o mais perseguido pela família Pinheiro, principalmente por Edminho Pinheiro, que tentou destruí-lo não só como dirigente, mas também como ser humano. O denunciou na justiça por vários crimes que ele não cometeu. Raimundo Queiroz provou sua inocência em todas as acusações. Hoje Raimundo não quer mais saber de futebol na condição de dirigente. É um simples torcedor do Goiás, seu time do coração.

A verdade é que depois de Hailé Pinheiro, não houve sequência na gestão do Goiás. Esperava-se que Edminho Pinheiro e Paulo Rogério Pinheiro seriam os herdeiros de Hailé. Edminho renunciou à presidência do Conselho Deliberativo e Paulo Rogério passou sem brilho pela presidência do Clube. Se elegeu presidente do Conselho Deliberativo, mas até o momento não disse a que veio.

O Atlético se transformou em SAF para se adequar ao novo modelo de gestão praticado pelos clubes do futebol brasileiro. Nesse modelo, Adson Batista é o presidente da SAF, Valdivino de Oliveira é presidente Executivo, Marcos Aurélio Egídio da Silva aparece como vice-presidente executivo. Na prática, Adson Batista continua sendo o mandatário maior, até o momento sem nenhum candidato para substituí-lo.

Goiás não depende de si, mas mantém chances

Com a vitória sobre o Cuiabá e a derrota da Chapecoense para o América-MG, o Goiás continua colado no G4, precisa vencer Novorizontino e Remo, além de torcer por tropeço de pelo menos um dos concorrentes ao acesso. O Goiás é o 6º colocado no momento, com 58 pontos, ao lado de Criciúma e Chapecoense. Quanto às equipes que estão abaixo do Goiás, não há mais motivos de preocupação. Teoricamente o CRB ainda tem remotas possibilidades de acesso.

O time que vai enfrentar o Novorizontino neste

domingo provavelmente poderá contar com os atletas que estavam no Departamento Médico. O lateral Diego Caito, os volantes Marcão e Gonzalo Freitas, o atacante Esli Garcia passaram pela transição e podem aparecer no time esmeraldino. Wellington Rato não joga mais este ano. Durante a semana que passou, o técnico Fábio Carille trabalhou para corrigir as falhas apresentadas na última partida, especialmente no setor de ataque que, apesar da vitória, não teve um bom aproveitamento na partida.

- ✓ O Vila Nova terá chapa única para a eleição do Conselho Deliberativo, que acontece no dia 17 de novembro. A chapa "União Vilanovense" é formada pelos conselheiros Leandro Bittar, presidente, e Décio Caetano, vice.



- ✓ Eleito o Conselho Deliberativo, as eleições para a Diretoria Executiva serão marcadas, provavelmente, para o dia 3 de dezembro. A chapa única será formada por Fábio Brasil, presidente, e Hugo Jorge Bravo, vice-presidente.

- ✓ CBF confirma tecnologia de impedimento semiautomático para o campeonato brasileiro da série A em 2026. A estreia do campeonato na segunda semana de janeiro já contará com a nova tecnologia.

- ✓ Adson Batista já trabalha para manter

alguns jogadores para a temporada do próximo ano. O dirigente pretende contar com o meia Robert, o volante Ronald, o zagueiro Tito e o atacante Lele.

- ✓ Com a vitória na última segunda-feira contra a Chapecoense, o América-MG praticamente garantiu sua permanência na série B do ano que vem. Com 45 pontos conquistados e dois jogos a realizar, o Coelho não corre mais riscos de rebaixamento.

- ✓ Neymar foi alvo de defesa pública de jogadores, comissão técnica e diretoria do Santos, mesmo com a reação de insatisfação com a substituição contra o Flamengo.

>>> Ao ser substituído, Neymar se irritou e foi direto para os vestiários. "Vai me tirar", questionou Neymar. A diretoria entendeu como normal o comportamento do jogador. Foi um ato de quem está muito comprometido com o grupo.

Diversão e ARTE

Dhayane Marques

dhayanemarquess@hotmail.com



Maior espetáculo natalino de Goiás reforça compromisso com inclusão em turnê gratuita

O "Natal de Encantos - O Festival" confirmou sua oitava edição para 2025 com apresentações gratuitas em seis cidades goianas, reforçando seu compromisso com acessibilidade e inclusão cultural. A turnê percorrerá Goiânia, Caldas Novas, Itumbiara, Cidade de Goiás e Pirenópolis entre novembro e dezembro, oferecendo recursos como espaços reservados para pessoas com mobilidade reduzida, intérpretes de Libras e linguagem adaptada. O espetáculo, que já atraiu quase um milhão de espectadores em suas sete edições, também valoriza talentos locais por meio de audições anuais. As apresentações acontecem em Goiânia, durante o Natal do Bem — OVG, no Centro Cultural Oscar Niemeyer (14/11, 29/11 e 04/12), Cidade de Goiás (07/12), Itumbiara (13/12), Caldas Novas (14/12) e Pirenópolis (19/12).



Divulgação

Produção de uvas em Goiás cresce 13% e impulsiona curso especializado de vinhos

Com o enoturismo ganhando força em Goiás, o Senac lança um curso premium para profissionais e apreciadores de vinhos, com turmas em novembro e dezembro. A qualificação surge em um momento de expansão do setor: a produção de uvas no estado cresceu 13,5% na safra de 2022. Atualmente, Goiás processa com vitivinicultura 2,3 mil toneladas de uvas anualmente, envolvendo cerca de 63 produtores com uma média de 120 hectares de área plantada. O curso será ministrado pelo sommelier Felipe Prigol na My Winery, em Goiânia, com investimento de R\$ 697. A iniciativa reflete o crescimento do enoturismo no estado, segmento que tem sido priorizado nas políticas públicas de turismo. As inscrições podem ser feitas através do site www.go.senac.br.



Divulgação

Retratos Sensíveis da Cidade Invadem a Galeria Basileu França

A exposição "Urbano", com obras de 120 alunos de Artes Visuais da EFG Basileu França, foi inaugurada nesta quarta-feira (12/11) na galeria da escola. O coletivo artístico investiga as múltiplas camadas da vida urbana através de pinturas, esculturas, xilogravuras e outras técnicas visuais.

A mostra propõe um diálogo entre o concreto e o humano, revelando contradições, belezas e ritmos das cidades através do olhar sensível dos artistas-estudantes. As obras exploram desde as marcas humanas no espaço até as ausências que permeiam o território urbano. Segundo a coordenadora Gisele Jacinto, a exposição é uma reflexão sobre pertencimento e memória, convidando o público a reconhecer fragmentos de sua própria vivência cidadã. A visitação permanece até 2 de dezembro, consolidando a tradição de 58 anos da escola na formação de talentos artísticos em Goiás.



Reprodução

Pitanga traz a Goiânia a história esquecida da revolta dos malês

O veterano ator e diretor Antônio Pitanga esteve em Goiânia para debater seu novo filme, "Malês", que reconta a rebelião de escravizados ocorrida na Bahia em 1835. Em roda de conversa, o ícone do Cinema Novo destacou o papel do cinema como ferramenta de iluminação da memória apagada. Com mais de 100 mil espectadores, a produção já rendeu convites para palestras em universidades como Harvard e Cambridge. Pitanga questionou quantas histórias goianas ainda precisam ser contadas, defendendo a cultura como expressão máxima da democracia. O artista segue resgatando narrativas fundamentais para que a juventude compreenda as raízes do Brasil contemporâneo.



Audible/divulgação